

TRIBUNA

CONTEÚDO, PARCERIA E RESULTADO

SEGUNDA-FEIRA
11 DE ABRIL DE 2022



EDIÇÃO
DIGITAL



PUBLICIDADE LEGAL

📞 (4 1) 9 9 9 7 3 7 6 8 8

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br



CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A
CNPJ nº 05.104.205/0001-30
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31/12/2021 E 2020 (EM MILHARES DE REAIS - R\$)



Balanco Patrimonial Levantado em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$)			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	181.537	94
Impostos a recolher		148	—
Outros créditos	5	6.808	4
		188.493	98
Não circulante			
Outros créditos	5	1.148	—
Depósitos judiciais	6	823	823
Investimentos em outras companhias	7	—	300
Investimentos em projetos	8	1.912	1.114
Imobilizado	9	85.776	1.026
Intangível		21	—
		89.680	3.263
		278.173	3.361

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	10	12.768	202
Obrigações tributárias		2.260	7
Outras obrigações		1.200	—
		16.228	209
Não circulante			
Debêntures	12	204.659	—
		204.659	—
Patrimônio líquido			
Capital social	13	87.401	7.401
Adiantamento para futuro aumento de capital		—	10.715
Prejuízos acumulados		(30.115)	(14.964)
		57.286	3.152
		278.173	3.361

Demonstração do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$)			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida		—	—
Custo dos serviços prestados		—	—
Lucro bruto		—	—
Despesas gerais e administrativas	14	(335)	(647)
Outras receitas e despesas	14	(14.937)	(13.764)
Resultado antes do resultado financeiro		(15.272)	(14.411)
Resultado financeiro		—	—
Receitas financeiras	15	142	5
Despesas financeiras	15	(21)	(1)
		121	4
Prejuízo do exercício		(15.151)	(14.407)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$)				
	Capital integralizado	para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	4.183	2.588	(564)	6.207
Aumento de capital	3.218	(3.218)	—	—
Adiantamento para futuro aumento de capital	—	11.345	—	11.345
Ajuste de exercícios anteriores	—	—	7	7
Prejuízo líquido do período	—	—	(14.407)	(14.407)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.401	10.715	(14.964)	3.152
Aumento de capital	80.000	(10.715)	—	69.285
Prejuízo líquido do período	—	—	(15.151)	(15.151)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	87.401	—	(30.115)	57.286

2.14. Demonstrações dos fluxos de caixa (DFC): As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 - R2 (IAS 7) - Demonstração dos fluxos de caixa.

2.15. Normas novas, alterações e interpretações de normas emitidas: Não existem novas normas, alterações de normas e interpretações que estejam em vigor ou ainda entrarão em vigor, e que possam ter impacto material nas demonstrações financeiras.

2.16. Autorização para emissão das demonstrações financeiras: A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 30 de março de 2022.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: 3.1. **Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: **Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado a diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera, bem como provisões para realização de determinados créditos tributários para os quais não tem expectativas de realização. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** A Companhia reconhece provisões para causas tributárias e trabalhistas quando necessário. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Demonstração do Resultado Abrangentes para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$)		
	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício	(15.151)	(14.407)
Total dos resultados abrangentes	(15.151)	(14.407)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de Dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$)

1. Contexto operacional: A Confluência Energia S.A. ("Companhia" ou "CESA") foi constituída em 2 de janeiro de 2002. A Companhia tem por objetivo, único e exclusivo, estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, mediante o aproveitamento do potencial hidráulico localizado no Rio Marrecas, na localidade de Faxinal da Boa Vista, Prudentópolis/PR. Em 10 de dezembro de 2020 visando as mudanças operacionais e início das obras da hidrelétrica, a Companhia passou por mudanças no seu controle acionário em que o acionista CER - Companhia de Energias Renováveis deixou de fazer parte da operação, vendendo sua participação de 48,08% (3.558.134 ações) aos demais acionistas descritos na nota explicativa 13, sendo assim, a partir desse momento os novos acionistas passam a ter o controle da Companhia e suas operações garantindo a continuidade das obras da PCH Confluência. Durante o exercício de 2021 a empresa manteve os investimentos na obra sendo a previsão de término e início de operação previsto para o primeiro semestre de 2023. A Companhia não apresentou impactos relevantes decorrentes de efeitos da pandemia de COVID-19 no exercício. **2. Políticas contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando-se o custo histórico como base de valor e ajustadas com o objetivo de refletir os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do período, seguindo as mesmas políticas adotadas do exercício anterior. **2.2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. **2.4. Apuração do resultado:** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. **2.5. Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para liquidação de créditos duvidosos, provisão para contingências, entre outras. Apesar de refletirem a melhor estimativa possível por parte da administração, a liquidação nas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. **2.6. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. **2.7. Investimentos avaliados pelo custo:** Refere-se aos valores investidos pela Companhia em outras sociedades não coligadas ou controladas. Os ativos são registrados com base no custo de aquisição, sendo submetidos anualmente ao teste para análise de perda de seu valor recuperável, visando identificar eventuais indicadores de perda de seu valor recuperável ativos. **2.8. Investimentos em projetos:** Refere-se a gastos com desenvolvimento de projetos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados desde que comprovado que irão gerar benefícios econômicos futuros para a entidade. Os gastos com desenvolvimento de projetos capitalizados durante esta fase são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada a partir do momento em que os respectivos projetos passarem a gerar seus benefícios econômicos. Esses ativos são submetidos ao teste de seu valor recuperável se identificados eventuais indicadores de perda. **2.9. Imobilizado:** Os bens do imobilizado foram avaliados e registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A Companhia não possui ativos depreciáveis, visto que seu imobilizado é composto por terrenos e construções em andamento. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado; reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante período em que são incorridos. Se o valor recuperável for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é registrada. Qualquer perda por redução no valor recuperável de é reconhecida diretamente no resultado do período. A perda por redução no valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes. **2.10. Intangível: Ativos intangíveis com vida útil definida:** O ativo intangível compreende os sistemas de informática (softwares) e licenças de uso destes. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A amortização é calculada pelo método linear, com base nas vidas úteis atualmente definidas em 5 anos. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **Ativos intangíveis com vida útil indefinida:** O ágio ("goodwill") resulta da aquisição de controlada e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. **2.11. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.12. Ativo e passivo circulante e não circulante:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.13. Instrumentos financeiros:** i) **Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

4. Caixa e equivalentes de caixa:	31/12/2021	31/12/2020
Bancos	4	—
Aplicações financeiras	181.533	94
	181.537	94

As aplicações financeiras estão substancialmente concentradas em ativos de renda fixa, com remuneração atrelada à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perda significativa do seu valor.

5. Outros créditos:	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos a fornecedores (*)	5.965	4
Seguros a apropriar	1.991	—
	7.956	4
	6.808	4
	1.148	—

Circulante
Não circulante

(*) Os adiantamentos a fornecedores são realizados com empresas que estão envolvidas no processo de construção da Usina. Portanto, a liquidação e vencimento das operações ocorrem em curto prazo, inferior a 3 meses. **6. Depósitos judiciais e contingências:** A Companhia não possui processos judiciais classificados com risco de perda provável. Desta forma a Administração entende não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas. A avaliação de risco é realizada pela Administração da Companhia com o suporte de seus assessores jurídicos. A Companhia possui depósitos judiciais referentes a duas causas civis perfazendo o total de R\$ 823 (mesmo valor em 2020).

7. Investimentos em outras companhias:	31/12/2021	31/12/2020
Investimentos mantidos pelo custo de aquisição - Faxinal	23.838	10.590
(-) Contrato de opção de venda (a)	(23.528)	(10.290)
Valor da opção de venda exercida	(300)	—
	—	300

A Companhia possuía um investimento mantido a custo que representava 1% do capital social da Faxinal Sistemas Elétricos S.A. ("Faxinal"), por meio do qual realizaria um investimento indireto sobre a construção do sistema de conexão na região para acesso a rede de distribuição da Copel - Companhia Paranaense de Energia. Os recursos investidos visam garantir a execução das obras no local da construção da hidrelétrica viabilizando a distribuição da energia gerada pela CESA no sistema elétrico nacional. Em 18 de dezembro de 2020 a CESA assinou contrato de opção de compra e venda sobre o investimento na Faxinal com a Ibema Participações S.A. (Controladora da Faxinal). Tal instrumento confere à Ibema Participações S.A. o direito de compra da totalidade das ações da Faxinal em poder da CESA pelo valor de R\$ 300 no prazo de 365 dias contados a partir de 24 de março de 2021. Portanto, na data-base de 31 de dezembro de 2020 a Companhia ajustou o valor do investimento sobre a Faxinal para R\$ 300 conforme expectativa de realização do investimento. O instrumento de opção de compra e venda das ações gerou uma despesa operacional no montante de R\$ 10.290 registrado na conta de outras receitas e despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício de 2020. Em 29 de março de 2021 a Ibema Participações S.A. realizou a notificação extrajudicial exercendo a opção de compra e venda firmada em 2020, desta forma, foi realizada a venda do investimento pelo valor de R\$ 300. Todavia, antes de exercer a opção, a Companhia aportou mais R\$ 13.238, gerando uma perda com alienação de investimentos no montante de R\$ 13.238 em 2021. **Movimentação do investimento**

31 de dezembro de 2019		
Adições	10.590	—
(-) Contrato de opção	(10.290)	—
31 de dezembro de 2020	300	—
Adições	13.238	—
Alienações	(300)	—
Perdas com investimentos	(13.238)	—
31 de dezembro de 2021	—	—
8. Investimentos em projetos:	31/12/2021	31/12/2020
Consultoria técnica	406	406
Geologia e geotecnia	295	295
Topografia e batimetria	45	45
Planejamento ambiental	305	305
Hidrologia e hidrometria	27	27
Investimentos diversos	834	36
	1.912	1.114

A Companhia possui saldo de investimentos em projetos relativos a estudos e projetos para o desenvolvimento da Pequena Central Hidrelétrica na região de Faxinal da Boa Vista, Prudentópolis - PR. **Movimentação dos investimentos em projetos:**

31 de dezembro de 2020		
Adições	1.114	—
Baixas	798	—
31 de dezembro de 2021	1.912	—

9. Imobilizado:	Terrenos	Equipamentos Informáticos	Obras em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2019	20	—	925	945
Adições	—	—	81	81
Depreciações	—	—	—	—
Em 31 de dezembro de 2020	20	—	1.006	1.026
Adições	9	31	84.714	84.754
Depreciações	—	(4)	—	(4)
Em 31 de dezembro de 2021	29	27	85.720	85.776

A Companhia possui terrenos e imobilizado em andamento para o início das obras de construção da PCH. O aumento significativo no imobilizado em andamento ocorre em função das obras que estão sendo desenvolvidas para a construção da Usina. Durante o exercício de 2021 foram realizadas as contratações e dispêndios de caixa os quais possibilitaram o andamento das obras, que estão previstas para finalizar no primeiro semestre de 2023. **10. Fornecedores:**

	31/12/2021	31/12/2020
CER Energias Renováveis	1.306	—
Nacio Petro	976	—
Enebras	658	—
Construtora Aliança SPE Ltda.	4.389	—
Pedra Branca Escavações Ltda.	867	—
Tucman Engenharia	699	—
Head5 Engenharia	370	104
Assessoria Técnica Ambiental	—	41

Demonstração do Fluxo de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$)		
	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(15.151)	(14.407)
<i>Ajustes ao prejuízo do exercício:</i>		
Baixa de investimentos em projetos	—	3.628
Baixa de passivo com partes relacionadas	—	(154)
Instrumento financeiro de opção de ações	13.238	10.290
Depreciação	4	—
Ajustes de exercícios anteriores	—	7
<i>Varição de ativos e passivos</i>		
Outros créditos	(1.993)	(2)
Adiantamentos a fornecedores	(5.959)	—
Impostos a recuperar	(148)	—
Depósitos judiciais	—	(823)
Fornecedores	—	118
Obrigações tributárias	2.253	7
Outras obrigações	1.200	—
Caixa líquido das atividades operacionais	(6.556)	(1.336)

Fluxos de caixa das atividades de investimento		
	31/12/2021	31/12/2020
Investimentos em projetos	(798)	(11)
Investimentos em outras companhias	(12.938)	(10.590)
Imobilizado	(72.188)	(81)
Intangível	(21)	—
Caixa líquido das atividades de investimento	(85.945)	(10.682)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	69.285	—
Adiantamento para futuro aumento de capital	—	11.345
Debêntures	204.659	—
Caixa líquido das atividades de financiamento	273.944	11.345
Varição de caixa e equivalentes de caixa	181.443	(673)
Caixa e equivalentes no início do exercício	94	767
Caixa e equivalentes no final do exercício	181.537	94
Varição de caixa e equivalentes de caixa	181.443	(673)

Itens que não movimentaram caixa		
	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores	12.566	—
Imobilizado	(12.566)	—

11. Partes relacionadas:		
	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante	1.306	—
CER Energias Renováveis (NE 10)	1.306	—
12. Debêntures:	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures - Principal	215.000	—
Atualização	2.485	—
(-) Custos de emissão	(12.826)	—
	204.659	—

Em 15 de novembro de 2021 foi realizada a emissão do instrumento particular de escritura da 1ª (primeira) emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Companhia. O objetivo da captação é disponibilizar recursos suficientes para que o projeto e implementação da Usina possa ser finalizado conforme previsto em seu cronograma de obra. A emissão ocorreu no formato de série única sendo o valor total da emissão no montante de R\$ 215.000. As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, sendo escriturais e nominativas, possuindo prazo de vencimento de 20 anos, vencendo-se, portanto, em 15 de novembro de 2041. **Custos de transação:** A Companhia incorreu em gastos de estruturação e distribuição das debêntures, na ordem de R\$ 12.880. Conforme previsto no CPC 08 (Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários) estes valores estão registrados como redutores dos saldos de debêntures a pagar e serão amortizados pelo prazo de vigência das Debêntures. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi amortizado o valor de R\$ 54 os quais foram alocados no imobilizado de acordo com o CPC 20 (Custos com empréstimos). **Atualização monetária das debêntures:** O valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário das Debêntures será atualizado monetariamente pela variação acumulada do Índic e Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), apurado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), desde a primeira data de integral

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A
CNPJ Nº 05.104.205/0001-30



—☆ continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais - R\$)

Em 29 de julho de 2020, mediante assembleia geral extraordinária, houve a aprovação de integralização de capital no valor de R\$ 3.218 mediante conversão de adiantamentos para futuro aumento de capital e emissão de 3.218 lotes de mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 10 de dezembro de 2020, por meio do Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações, foi realizada a alienação de 48,08% do capital social da Companhia que estava em nome da CER - Companhia de Energias Renováveis para novos acionistas. Em função deste movimento, 3.558 ações foram adquiridas e distribuídas pelos novos acionistas os quais, compõem o novo quadro societário da Companhia em 31 de dezembro de 2020 conforme apresentado acima. Em 23 de novembro de 2021, por meio de Assembleia geral extraordinária foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, passando de R\$ 7.401 para 87.401, sendo R\$ 69.285 em moeda corrente e R\$ 10.715 por meio da integralização de saldos de AFAC (adiantamento para futuro aumento de capital) aportados em períodos anteriores. **14. Despesas por natureza:**

	31/12/2021	31/12/2020
Despesas gerais e administrativas	(335)	(647)
Outras receitas e despesas	(14.937)	(13.764)
	(15.272)	(14.411)

A apresentação das despesas por natureza é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Honorários advocatícios	(248)	(124)
Consultoria técnica	-	(285)
Opção de compra e venda de ações sobre investimentos (a)	-	(10.290)
Perda na alienação de investimentos (a)	(13.238)	-
Baixa de investimentos em projetos (b)	-	(3.628)
Indenizações	(505)	-
Outras	(1.281)	(84)
	(15.272)	(14.411)

(a) O instrumento de opção de compra e venda de ações firmado com a Ibeama Participações S.A. sobre o investimento da CESA na Faxinal Sistemas Elétricos S.A. gerou uma despesa operacional no montante de R\$ 10.290 para a Companhia, conforme divulgado na nota 7. No exercício de 2021 a Companhia realizou um novo aporte de R\$ 13.238, o qual foi integralmente registrado como perda, devido ao instrumento de opção de compra e venda citado na nota 7. (b) A Companhia reconciliou os registros nos ativos de investimentos em projetos para a data-base de 31 de dezembro de 2020 e identificou a necessidade de baixa no montante de R\$ 3.628 em função da

revisão dos registros auxiliares e documentação comprobatória. **15. Resultado financeiro:**

	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos sobre aplicações	190	5
(-) Impostos sobre receitas financeiras	(48)	-
Receitas financeiras	142	5
Multas e juros de mora	-	-
Outras despesas financeiras	(21)	(1)
Despesas financeiras	(21)	(1)
Resultado financeiro	121	4

16. Seguros: A Companhia adota uma política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui 4 apólices de seguros cobrindo riscos de engenharia, responsabilidade civil de administradores, responsabilidade civil geral e responsabilidade civil por serviços prestados por empreiteiros e prestadores de serviços. O montante de seguros a apropriar está segregado da seguinte forma:

	2021	Importância Segurada
Riscos de engenharia	1.738	230.308
Responsabilidade administradores	26	30.000
Responsabilidade civil geral	195	20.000
Responsabilidade civil prestadores serviços e empreiteiros	32	30.000

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes. **17. Instrumentos financeiros e gestão de riscos:** A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, que se restringem às aplicações financeiras, em condições normais de mercado, estando todos estes reconhecidos nas demonstrações financeiras, os quais se destinam a reduzir a exposição a riscos de crédito e de taxa de juros. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. a) **Considerações sobre riscos e gerenciamento de riscos:** i) *Risco de taxa de juros:* O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida pelo Grupo. Os recursos excedentes são investidos apenas

em contrapartes aprovadas. Além disso, a Companhia busca a diversificação da carteira e observa diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram avaliadas para negociação. ii) *Risco de liquidez:* Risco de liquidez é o risco de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, através de aportes e recursos decorrentes dos acionistas. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição máxima ao risco de liquidez da Companhia:

	Valor contábil		2021		2020	
	31/12/2021	31/12/2020	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado (*)
Fornecedores	12.768	202	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	204.659	-	181.533	-	94	-
b) Categorias de instrumentos financeiros: A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:						
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e bancos	-	4	-	4	-	-
Aplicações financeiras	181.533	-	181.533	-	94	-
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	12.768	-	12.768	-	202
Empréstimos e financiamentos	-	204.659	-	204.659	-	-

(*) O valor contábil dos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado representa substancialmente seu valor justo.

Diretoria			Contador	
Bruno Henrique Pimenta da Silva	Carla Silva Gonçalves Marcondes	Alessandro da Silva Oliveira	Felipe de Andrea - CRC: PR 067181	

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da **Confluência Energia S.A.** - Curitiba - Paraná. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Confluência Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confluência Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Endividamento com debêntures e cláusulas contratuais restritivas ("Covenants"):** Conforme divulgado, na Nota Explicativa 12 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía o montante de R\$204.659 mil em debêntures sujeitos ao cumprimento de cláusulas restritivas anuais ("covenants"). O descumprimento de qualquer um desses "covenants" contidos nos contratos de debêntures pode resultar na declaração de vencimento antecipado do contrato, o que obrigaria a Companhia a pagar de imediato todos os respectivos valores em aberto, e,

sendo assim, impactaria de forma significativa sua posição patrimonial, financeira e de liquidez. Por este motivo, consideramos o cumprimento destas cláusulas restritivas como um principal assunto de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento detalhado dos termos dos "covenants" incluídos nos contratos de debêntures firmados junto às instituições financeiras e/ou agente fiduciário; (ii) análise do cumprimento dos índices financeiros atrelados às cláusulas restritivas constantes no instrumento particular de emissão de debêntures. Nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as Debêntures, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das debêntures e suas cláusulas restritivas adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações nas referidas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para

fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 30 de março de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6
Ana Andréa Iten de Alcantara
Contadora - CRC-SC025678/O-3 T-PR



Anuncie suas atas e editais aqui, ligue:

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRIBUNA

CONFLUÊNCIA ENERGIA S/A
CNPJ nº 05.104.205/0001-30 - NIRE nº 41300020159 ("Companhia")

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **Confluência Energia S/A** a se reunirem, em primeira convocação, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("**Assembleia**"), a ser realizada na modalidade **Sempresencial**, no dia 20 (vinte) de abril de 2022, às 09 horas, na **sede da Companhia, localizada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Gonçalves Dias, nº 531, Bairro Batel, CEP 80.240-340**, e por meio eletrônico na plataforma Microsoft Teams, nos moldes permitidos pelo parágrafo único do Art. 121 da Lei 6.404/76 e pela Seção VIII, do Anexo VI - Manual de Registro de Sociedade Anônima, da Instrução Normativa DREI nº 81, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, as contas dos administradores e os resultados da Companhia relacionados ao exercício social encerrado em 2021; e (ii) sobre a destinação do lucro líquido do exercício social de 2021 e, caso haja, a distribuição de dividendos aos acionistas. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) A fixação do montante global da remuneração anual dos Administradores da Companhia. Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia ora convocada encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como estarão disponíveis por meio eletrônico, através do link: <https://pchoconfluencia.com.br>. O Acionista, seu representante legal ou procurador, para participar da Assembleia deverá observar as disposições previstas no artigo 126 da Lei nº 6.404/76. A participação e o exercício de voto dos acionistas que estiverem participando pelo meio eletrônico serão realizados pela plataforma digital Microsoft Teams. Como forma de preservar a segurança das informações na realização da Assembleia, todas as orientações de acesso, tais como: links, logins e senhas, serão disponibilizados, de forma segura aos acionistas, através de e-mail em até 02 (dois) dias antes da realização da respectiva Assembleia. É de responsabilidade do Acionista providenciar computador ou aplicativo com acesso à rede mundial de computadores, com câmera para sua identificação e microfone para que possa se comunicar com os demais presentes, caso sua participação ocorra de forma eletrônica. A Companhia não será responsabilizada por problemas decorrentes dos equipamentos de informática ou da conexão à rede mundial de computadores dos acionistas, assim como por quaisquer outras situações que não estejam sob o seu controle. Eventuais dúvidas podem ser dirimidas por meio do e-mail juridico@cer-energia.com.br ou pelo telefone (3091-1500). Curitiba, 11 de abril de 2022. **Bruno Henrique Pimenta da Silva** e **Carla Gonçalves Marcondes**, Diretores da Companhia.

Anuncie suas atas e editais aqui, ligue:

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRIBUNA

Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal **Tribuna do Paraná**

TBR220411 pdf

Código do documento cba462ce-1fa0-496d-a3bd-17f42eb493eb



Assinaturas



EDITORA O ESTADO DO PARANA SA
Certificado Digital
tppubleg@tribunadoparana.com.br
Assinou

Eventos do documento

10 Apr 2022, 23:30:41

Documento cba462ce-1fa0-496d-a3bd-17f42eb493eb **criado** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email:tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2022-04-10T23:30:41-03:00

10 Apr 2022, 23:31:17

Assinaturas **iniciadas** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE_ATOM: 2022-04-10T23:31:17-03:00

10 Apr 2022, 23:31:40

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA O ESTADO DO PARANA SA **Assinou** Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. IP: 191.177.157.162 (bfb19da2.virtua.com.br porta: 2708). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Certisign Certificadora Digital S.A.,OU=AC Certisign Multipla G7,OU=A1,CN=EDITORA O ESTADO DO PARANA SA. - DATE_ATOM: 2022-04-10T23:31:40-03:00

Hash do documento original

(SHA256):11ea5ad348f18ada344e1f4382f8497533eb93851c88d4666f02cc46f2407bbb

(SHA512):3640501313879bac5a157a528b831fd8ef7a262eedadd81132e7685760574fba4671a2a4d27f7fce8f773d6240c3b76d8f9ce8cc914143b6748de4168a40da6e

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign